

A HISTÓRIA SE REPETE

Recessão Induzida = Coma Induzido

Como retomar o crescimento sem mais arrocho



Longo e Curto Prazo

- É preciso sim realizar soluções estruturais de longo prazo.
- Mas, também é preciso e URGENTE, construir soluções que resolvam os problemas de AGORA:
 - **Nunca mais utilizar a elevação da SELIC para combater a INFLAÇÃO;**
 - Instituir mecanismos que induzam o Mercado Brasileiro à prática de juros baixos internacionalmente competitivos.
 - Prioridade na Ordem Econômica e Foco na EMPREGABILIDADE, a exemplo das economias modernas e bem sucedidas.
- Precisamos antecipar o futuro!

Qual o caminho POSSÍVEL e NECESSÁRIO?

Projetos	Instâncias
• Ajuste Fiscal	Congresso
• Redução da SELIC	COPOM
• Reforma Política	Congresso
• Reforma Fiscal	Congresso
• Reforma Administrativa	Congresso

A atual SELIC “Quebra” o BRASIL e com o BRASIL “Quebrado”, os Ajustes e as Reformas terão outra plataforma a ser costurada!!!



Entrevista. Joseph Stiglitz, economista, vencedor do Prêmio Nobel

Para Stiglitz, política monetária deveria se contrapor aos efeitos depressivos da queda do preço do petróleo

‘O BC no Brasil estrangula a economia’

JUROS ALTOS – UM MODELO DESACREDITADO

Mas a inflação está muito mais elevada que o teto de tolerância do sistema de metas.

Davos 20 de janeiro de 2016

Esse modelo que diz que, se a inflação está alta, você sobe os juros é uma teoria que foi desacreditada. É preciso saber qual é a fonte da inflação. Se for excesso de demanda, aí você sobe juros, porque tem de moderar a demanda. Mas se for um impulso dos custos, você tem de ser cuidadoso. Nesse caso, a forma pela qual a alta dos juros reduz a inflação é matando a economia. Se você conseguir



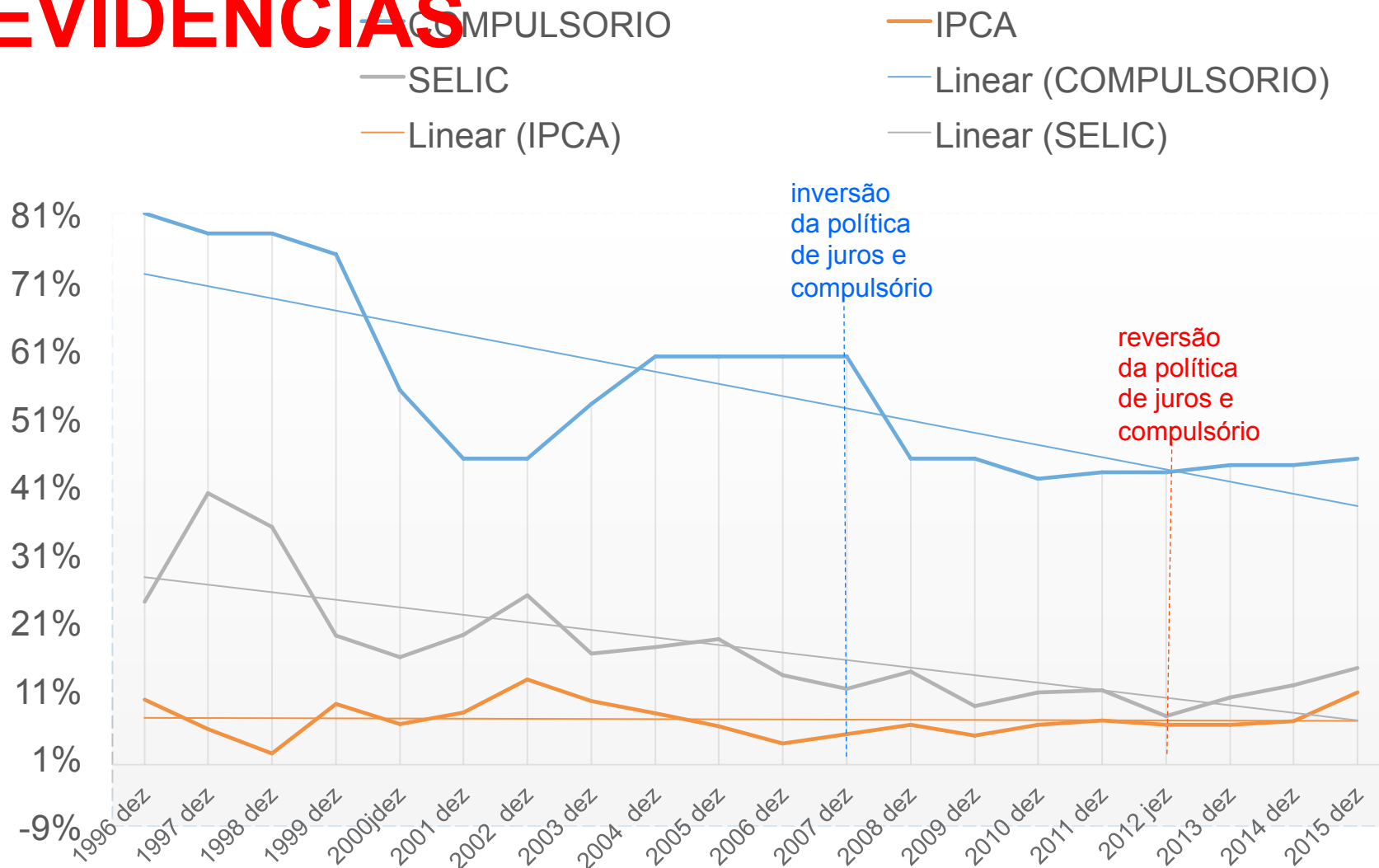
COMA INDUZIDO CORTA CRÉDITO AUMENTA FORTEMENTE JUROS



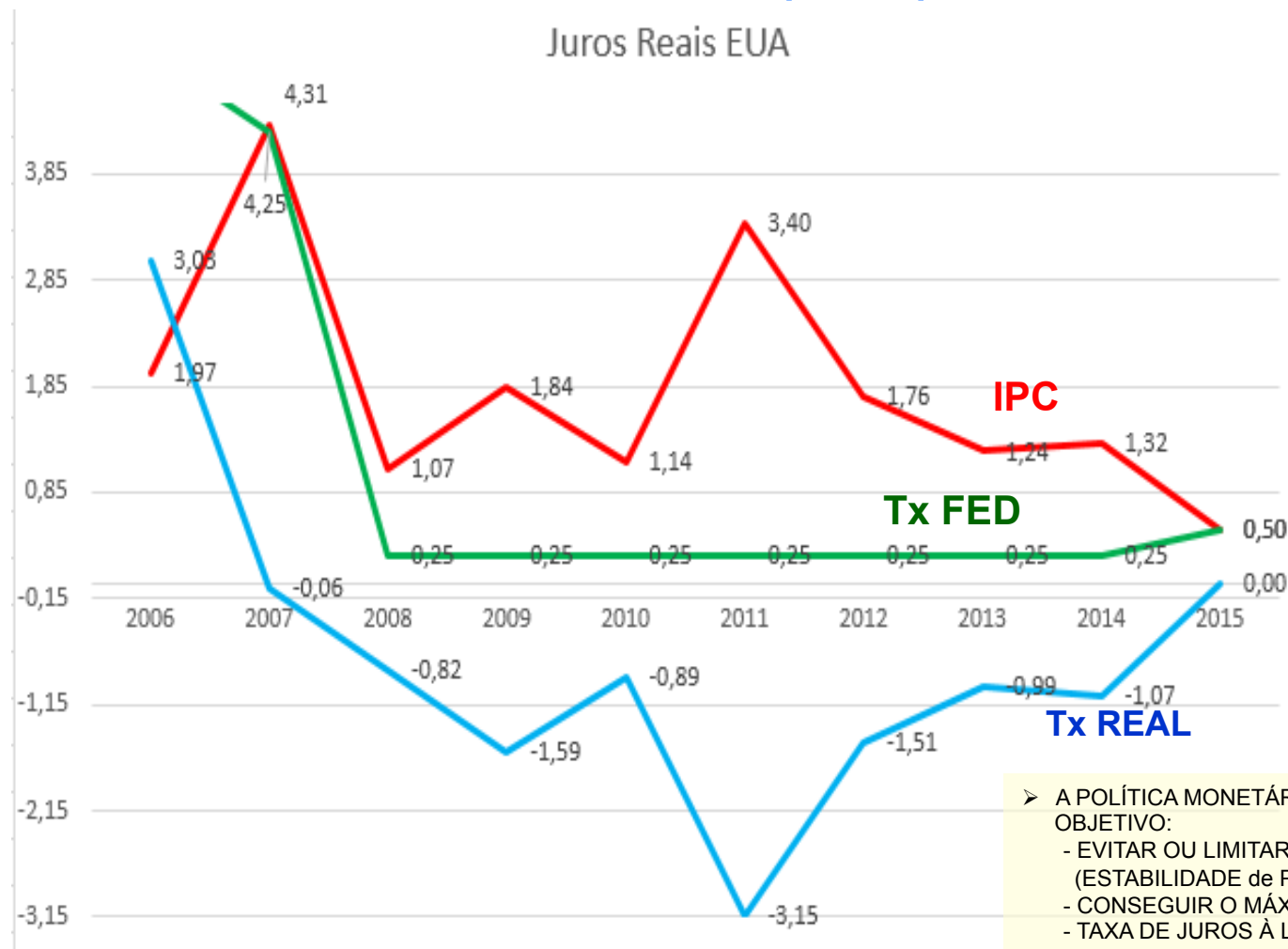
“Brasil tem que ter também taxas de juros internacionalmente competitivas para as EMPRESAS, para os CONSUMIDORES e para os GOVERNOS.”



TROPEÇO MACROECONÔMICO - EVIDÊNCIAS



**Taxa FED a 0,25% ao Ano / IPC a 1,32% / Juro Real Negativo a -1,07%
(2014)**



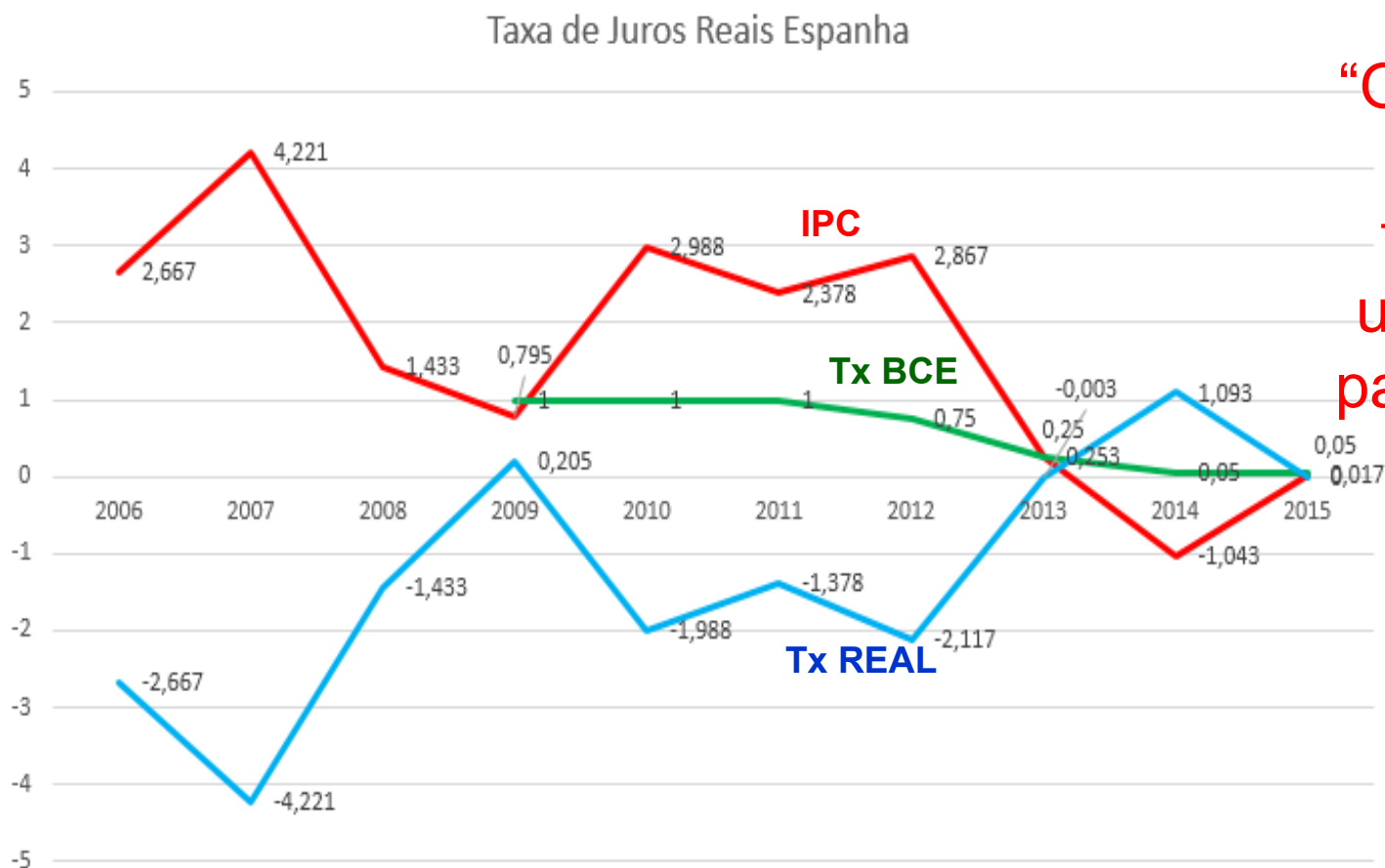
“Observe que os EUA não utilizam os juros para controlar a inflação”.

-0,002%

- A POLÍTICA MONETÁRIA + A RESERVA MONETÁRIA TÊM COMO OBJETIVO:
 - EVITAR OU LIMITAR A INFLAÇÃO E A DEFLAÇÃO (ESTABILIDADE DE PREÇOS)
 - CONSEGUIR O MÁXIMO DE EMPREGOS
 - TAXA DE JUROS À LONGO PRAZO MODERADAS.

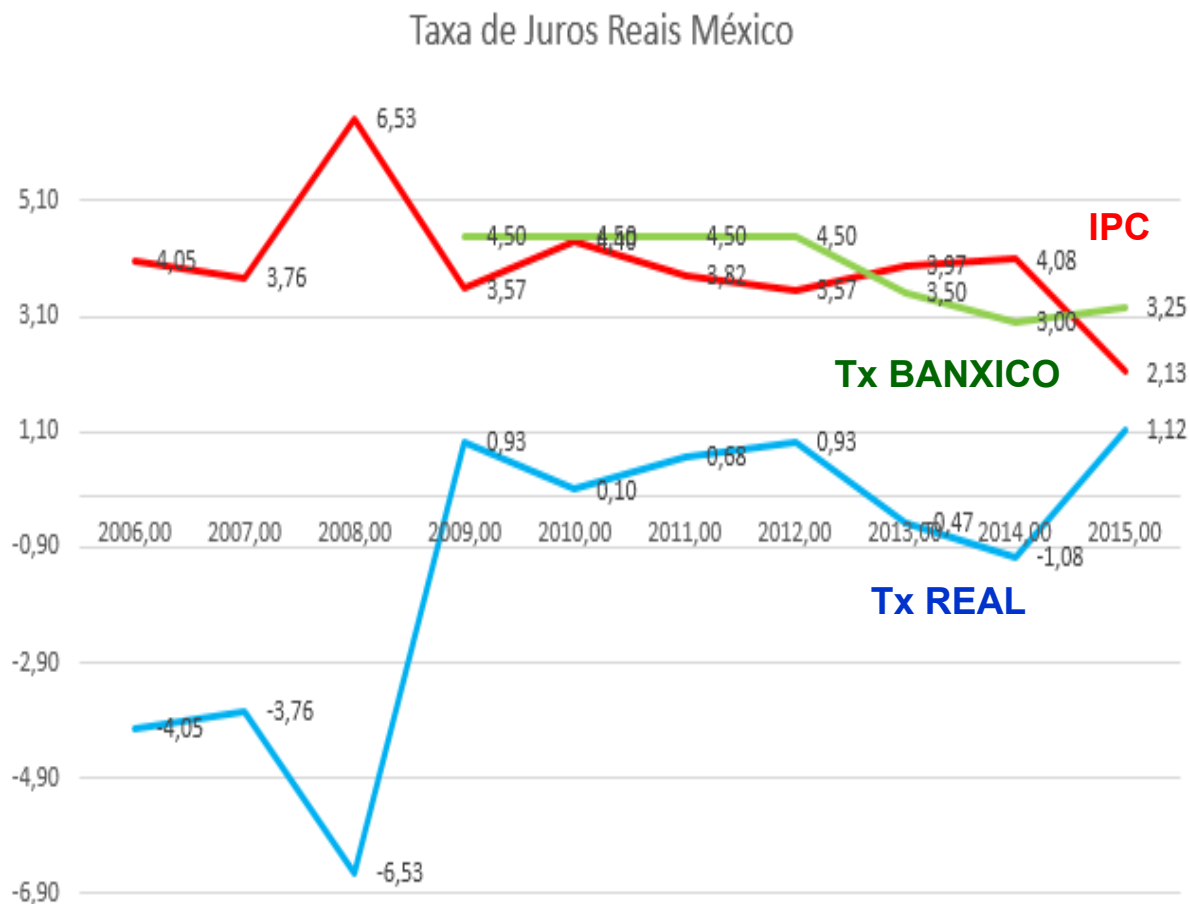
EXERCER A SUPERVISÃO E REGULAÇÃO DOS BANCOS PRIVADOS.
FORTALECER A IMPORTÂNCIA DOS EUA NA ECONOMIA MUNDIAL
EVITAR OU REMEDIAR O PÂNICO NOS BANCOS (BANKING PANIC)

Taxa BCE a 0,75% ao Ano / IPC a 2,87% / Juro Real Negativo a (2012)



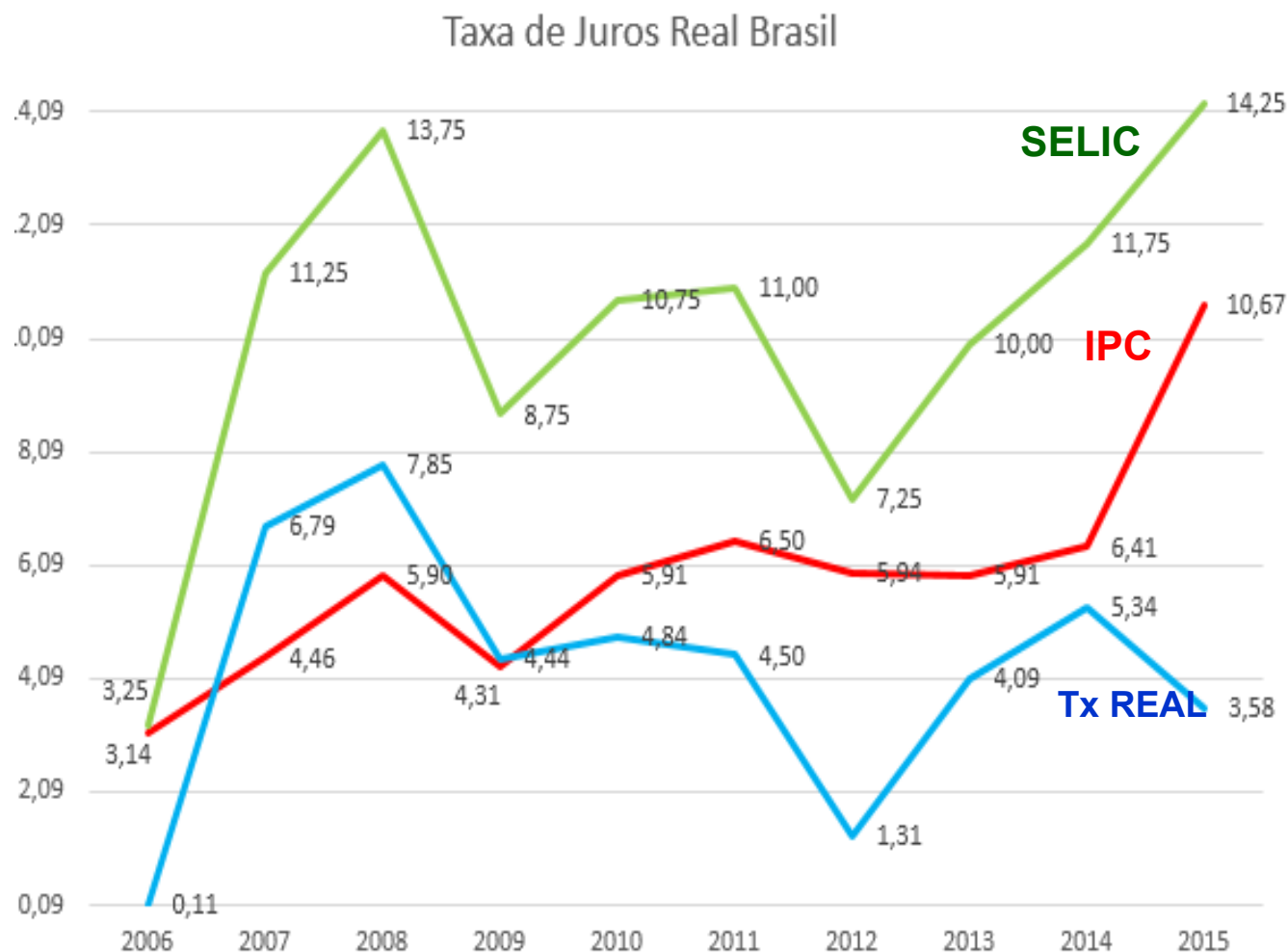
“Observe que a Espanha também não utiliza os juros para controlar a inflação”.

Taxa BANXICO a 3,0% ao Ano / IPC a 4,08% / Juro Real Negativo de (2014)



“Observe que o México também não utiliza os juros para controlar a inflação”.

SELIC 14,25% ao Ano / IPC a 10,47% / Juro Real 3,58% ao Ano
SELIC 3,00% ao Ano / IPC a 10,47% / Juro Real -7,47% ao Ano



Observe que o Brasil **INSISTE** em controlar a inflação **via aumento** da taxa de juros.

DETONANDO a ECONOMIA NACIONAL !!!

Todos os outros PAÍSES estão errados ????
?

Desemprego versus Política Monetária

US UNEMPLOYMENT RATE

EUA

10
9
8
7
6
5
4

- A POLÍTICA MONETÁRIA + A RESERVA MONETÁRIA TÊM COMO OBJETIVO:
- EVITAR OU LIMITAR A INFLAÇÃO E A DEFLAÇÃO (ESTABILIDADE DE PREÇOS)
- CONSEGUIR O MÁXIMO DE EMPREGOS
- TAXA DE JUROS A LONGO PRAZO MODERADAS.

SOURCE: WWW.TRADINGECONOMICS.COM | U.S. BUREAU OF LABOR STATISTICS

SPAIN UNEMPLOYMENT RATE

Espanha

28
26
24
22
20

SOURCE: WWW.TRADINGECONOMICS.COM | NATIONAL STATISTICS INSTITUTE (INE)

MEXICO UNEMPLOYMENT RATE

México

6
5.5
5
4.5
4
3.5

SOURCE: WWW.TRADINGECONOMICS.COM | INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA (INEGI)

BRAZIL UNEMPLOYMENT RATE

Brasil

- Para cada ponto % do PIB, Refletirá em 2 pontos percentuais no Desemprego.

SOURCE: WWW.TRADINGECONOMICS.COM | INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

REVOLUÇÃO ECONÔMICA

Os MOVIMENTOS SOCIAIS devem entrar na luta para REDUZIR a SELIC, visando:

1. Consumidor = voltará a comprar;
2. Empresas = voltarão a vender;
3. Desempregados = serão Readmitidos;
4. Estados = voltarão a arrecadar;
5. Governo Federal = voltará a arrecadar;

**“O BRASIL RENASCERÁ DA DEPRESSÃO QUE O PT
PROVOCOU”**

Simulação Impacto da SELIC sobre a Dívida Bruta do **BRASIL**

SELIC	16%	14,25%	7%	3%
IPCA	10%	10%	10%	10%
Crescimento	-3,5%	-3,5%	-3,5%	-3,5%
Dívida/Receita Líq.	66,10%	66,10%	66,10%	66,10%
Taxa Real	6%	4.25%	-3%	-7%
Produto	US\$ 1,43 Tri	US\$ 1,43 Tri	US\$ 1,43 Tri	US\$ 1,43 Tri
Novo Produto	US\$ 1,38 Tri	US\$ 1,38 Tri	US\$ 1,38 Tri	US\$ 1,38 Tri
Necessidade* Deficit / Superávit	3,41%	2,09%	-3,41%	-6,45%

* Resultante do Acréscimo ou Redução da Dívida Bruta

Simulação Impacto da SELIC sobre a Dívida Bruta

SELIC	16%	14,25%	7%	3%
IPCA	10%	10%	10%	10%
Crescimento	-2,3%	-2,3%	-2,3%	-2,3%
Dívida/Receita Líq.	80%	80%	80%	80%
Taxa Real	6%	4,25%	-3%	-7%
Produto	R\$131 bi	R\$131 bi	R\$131 bi	R\$131 bi
Novo Produto	R\$128 bi	R\$128 bi	R\$128 bi	R\$128 bi
Necessidade* Déficit / Superávit	7,7%	6,1%	-0,6%	-4,4%

* Resultante do Acréscimo ou Redução da Dívida Bruta

Simulação Impacto da SELIC sobre a Dívida Bruta do

SELIC	16%	14,25%	7%	3%
IPCA	10%	10%	10%	10%
Crescimento	1%	1%	1%	1%
Dívida/Receita Líq.	42,5%	42,5%	42,5%	42,5%
Taxa Real	6%	4,25%	-3%	-7%
Produto	R\$ 80 Bi	R\$ 80 Bi	R\$ 80 Bi	R\$ 80 Bi
Novo Produto	R\$ 81,6 Bi	R\$ 81,6 Bi	R\$ 81,6 Bi	R\$ 81,6 Bi
Necessidade* Déficit / Superávit	2,1%	1,4%	-1,7%	-3,4%

* Resultante do Acréscimo ou Redução da Dívida Bruta

Simulação Impacto da SELIC sobre a Dívida Bruta do Estado W

SELIC	16%	14,25%	7%	3%
IPCA	10%	10%	10%	10%
Crescimento	1%	1%	1%	1%
Dívida/Receita Líq.	178%	178%	178%	178%
Taxa Real	6%	4,25%	-3%	-7%
Produto	R\$ 637 Bi	R\$ 637 Bi	R\$ 637 Bi	R\$ 637 Bi
Novo Produto	R\$ 643 Bi	R\$ 643 Bi	R\$ 643 Bi	R\$ 643 Bi
Necessidade* Déficit / Superávit	8,8%	5,7%	-7%	-14%

* Resultante do Acréscimo ou Redução da Dívida Bruta

Simulação Impacto da SELIC sobre a Dívida Bruta das

SELIC	16%	14,25%	7%	3%
IPCA	10%	10%	10%	10%
Crescimento	-3,5%	-3,5%	-3,5%	-3,5%
Dívida/Receita	124%	124%	124%	124%
Taxa Real	6%	4.25%	-3%	-7%
Produto	R\$ 1,071 tri	R\$ 1,071 tri	R\$ 1,071 tri	R\$ 1,071 tri
Novo Produto	R\$ 1,108 tri	R\$ 1,108 tri	R\$ 1,108 tri	R\$ 1,108 tri
Necessidade* Déficit / Superávit	12,21%	9,96%	0,64%	-4,5%

A dívida das empresas já atinge 93% do PIB

SELIC 3% a.a.

Contra resposta aos Bancos que estão ganhando fortunas enquanto GOVERNOS, EMPRESAS, TRABALHADORES / CONSUMIDORES estão com suas conquistas em forte deterioração

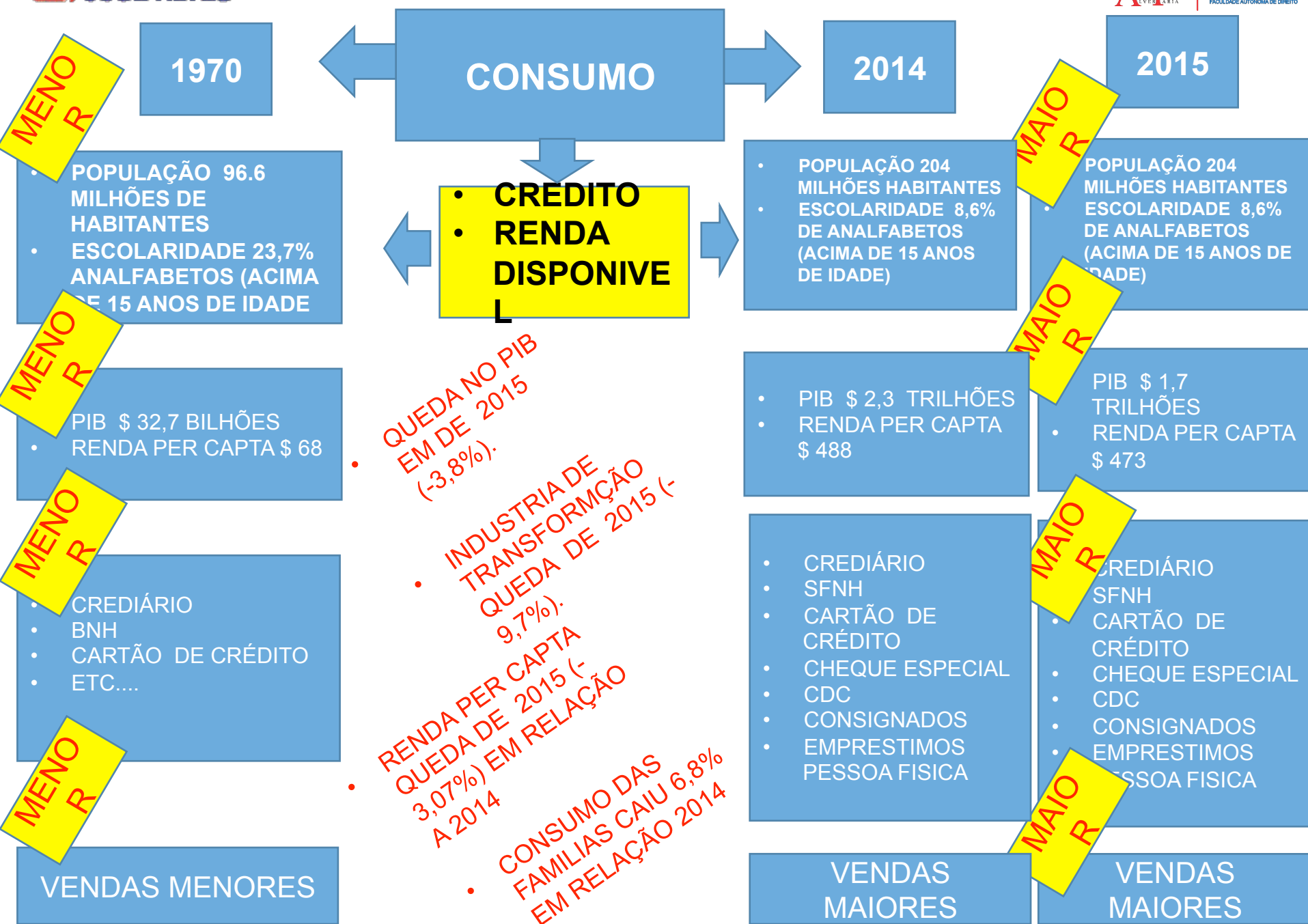
Bancos

1. Combate à inflação;
2. Fuga de investidores;
3. Perda de divisas;
4. Rentabilidade do sistema financeiro;
5. Redução no número de empréstimos;
6. Não liberarão créditos;

➤ **Participação de Estrangeiros nos
Títulos Públicos em 2015: 18,8%**
(Fonte: Tesouro Nacional)

Economia Moderna

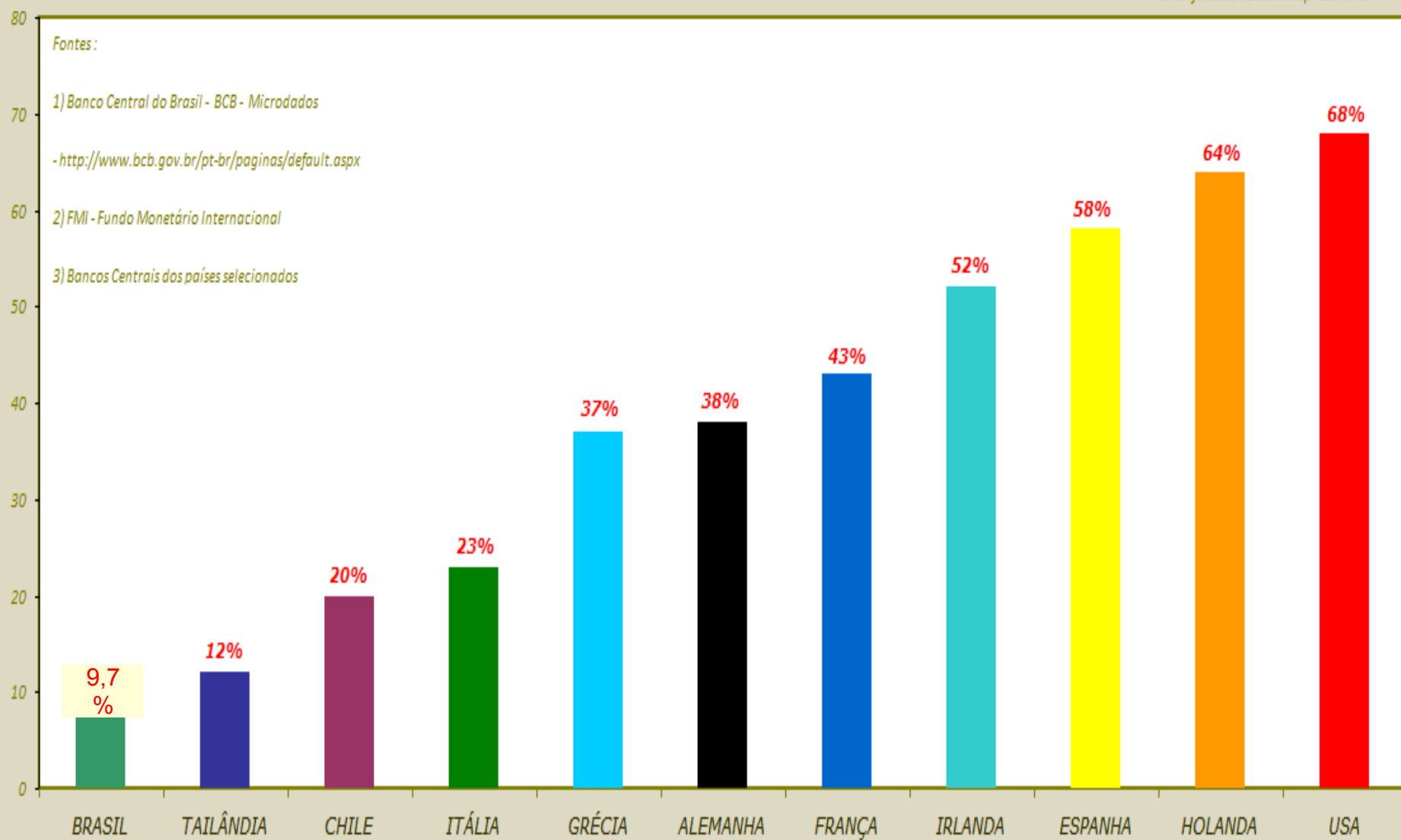
1. Foco no crescimento e no emprego;
2. SELIC 3% a.a.+spread ainda garante ganhos extraordinários ao investidor estrangeiro (imposto é menor no Brasil);
3. Ainda garante entrada de divisas.
4. Rentabilidade ainda superior ao resto do mundo;
5. Aumento no número de empréstimos;
6. Banco Central monitorar a liberação dos créditos, com medidas de incentivos aos



Crédito Imobiliário x PIB 2015

BRASIL x Países selecionados

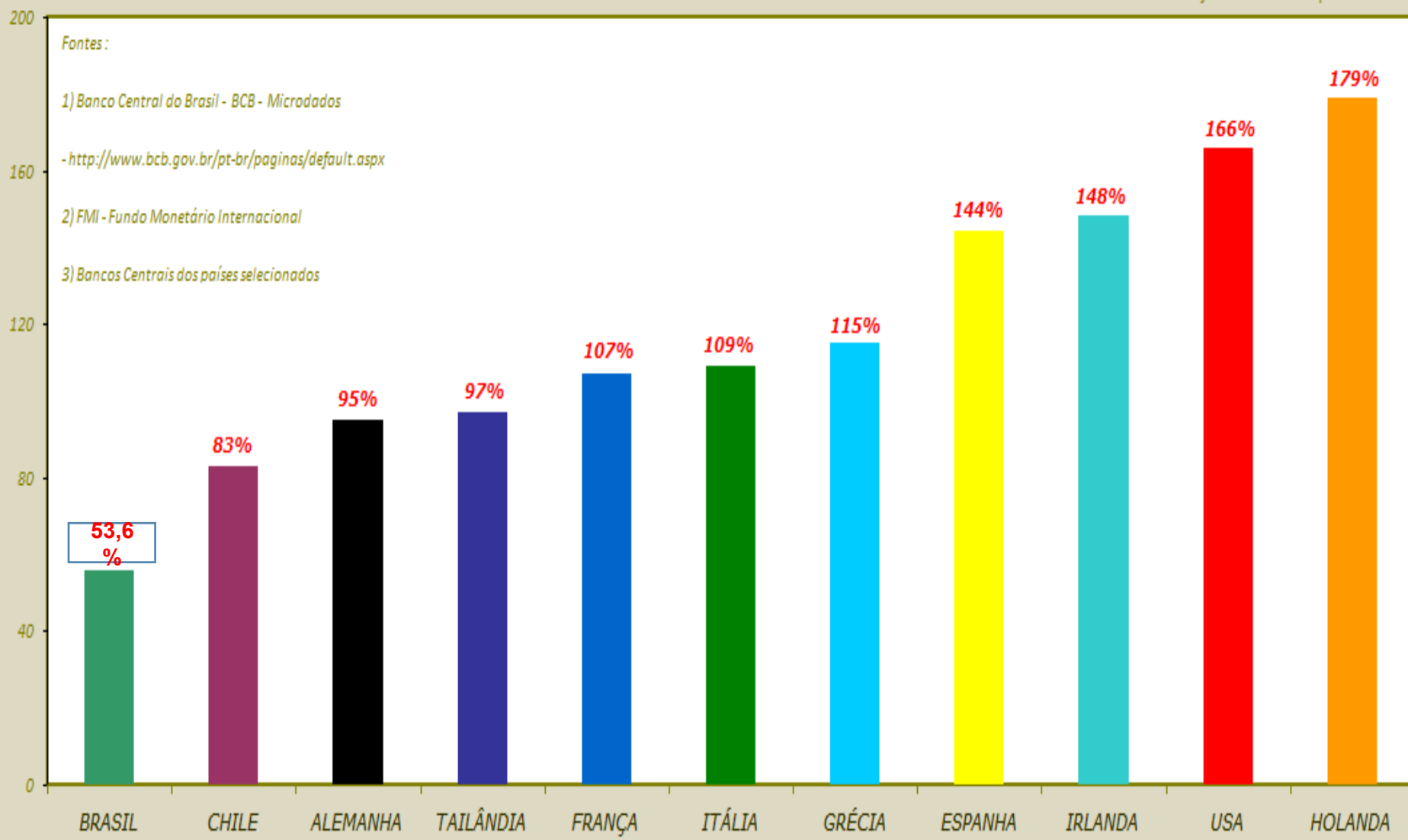
brasilfotosedados.wordpress.com



Crédito x PIB – em % do PIB 2015

BRASIL x Países selecionados

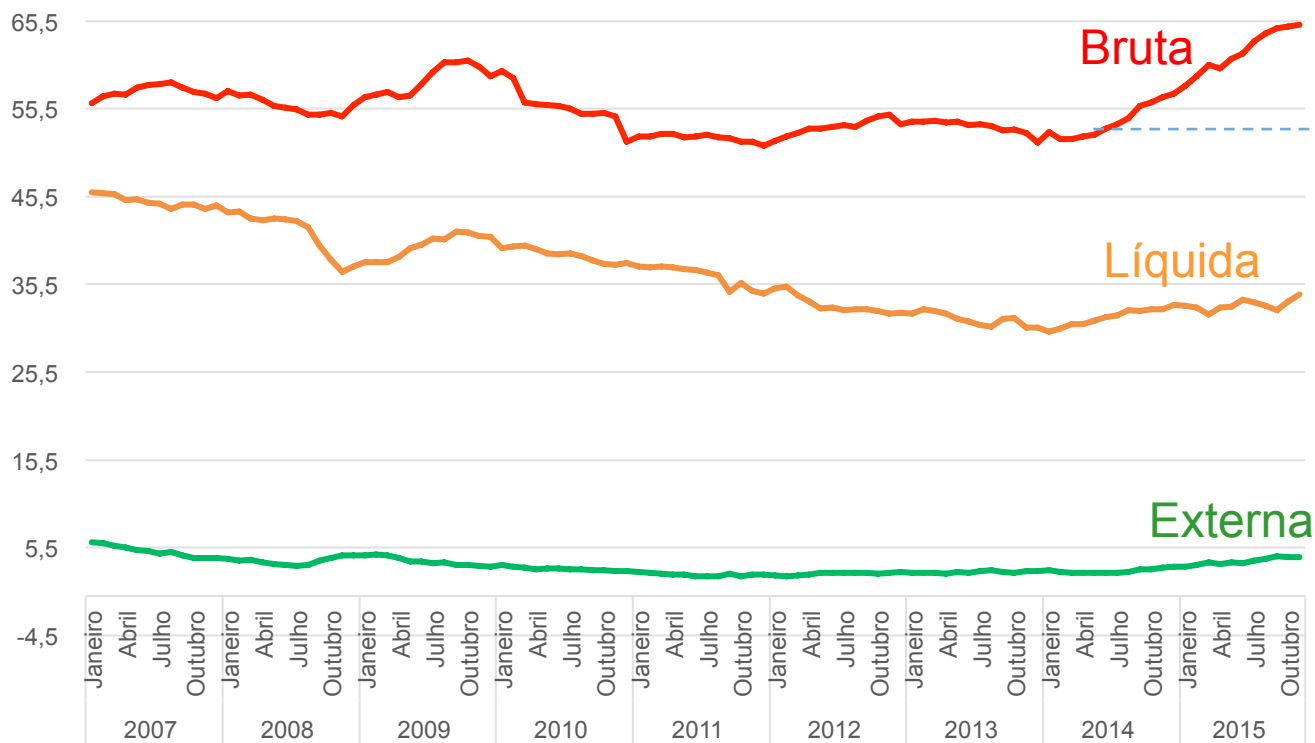
brasilfatosedados.wordpress.com



FINANCIAMENTO AO CONSUMIDOR DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO É VITAL TAMBÉM PARA O BRASIL

PAÍS	TOTAL Crédito Privado / PIB	Crédito Imobiliário / PIB	Outros Créditos / PIB
EUA	160%	68%	92%
INGLATERRA	110%	75%	35%
ALEMANHA	105%	45%	60%
FRANÇA	87%	28%	59%
ESPAÑA	80%	45%	35%
CHILE	70%	20%	50%
BRASIL	53,6 %	9,7%	33%

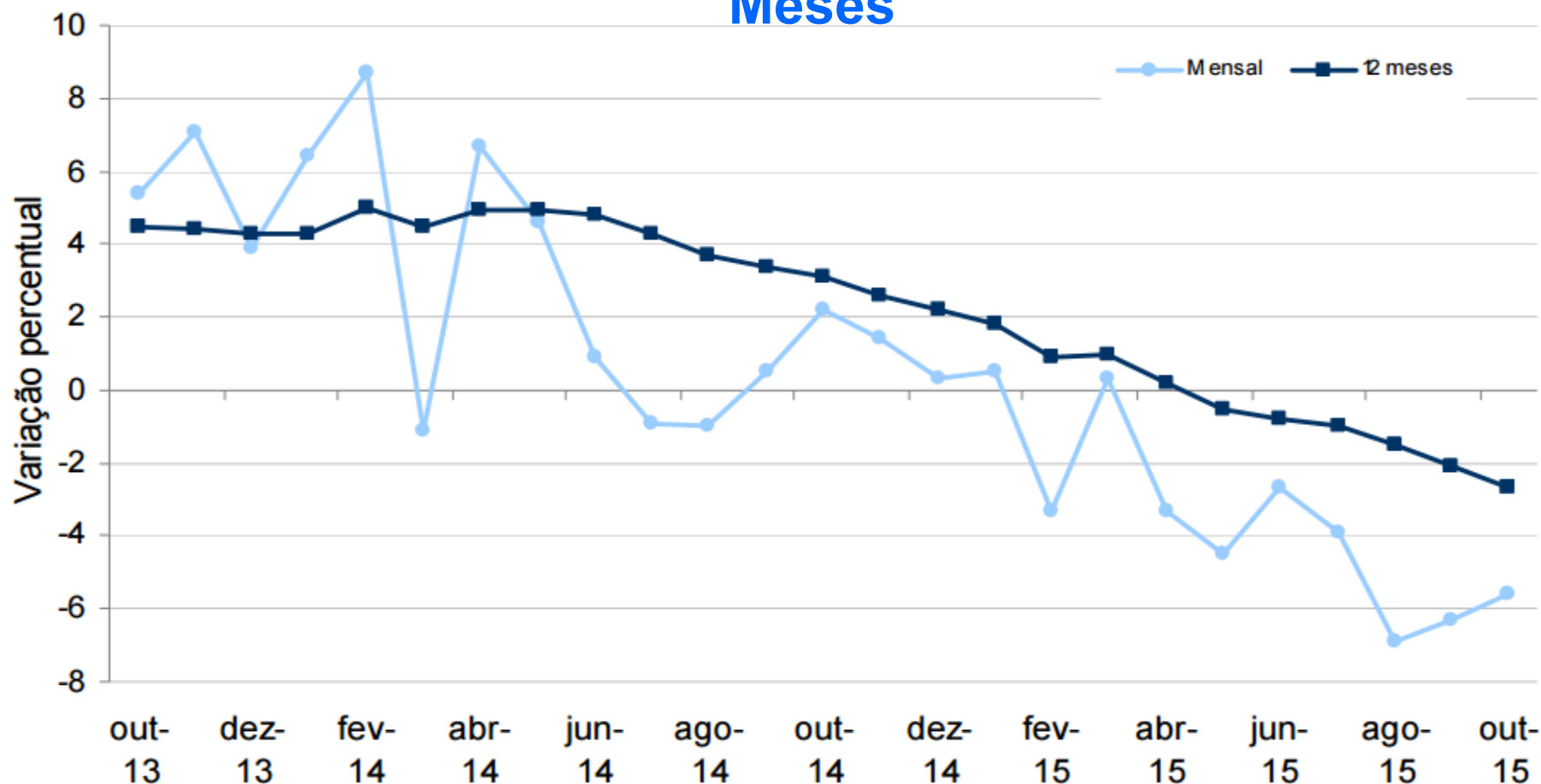
Composição da Dívida



a Dívida Bruta
turbina pelos
juros improdutos
pagos pelo País.

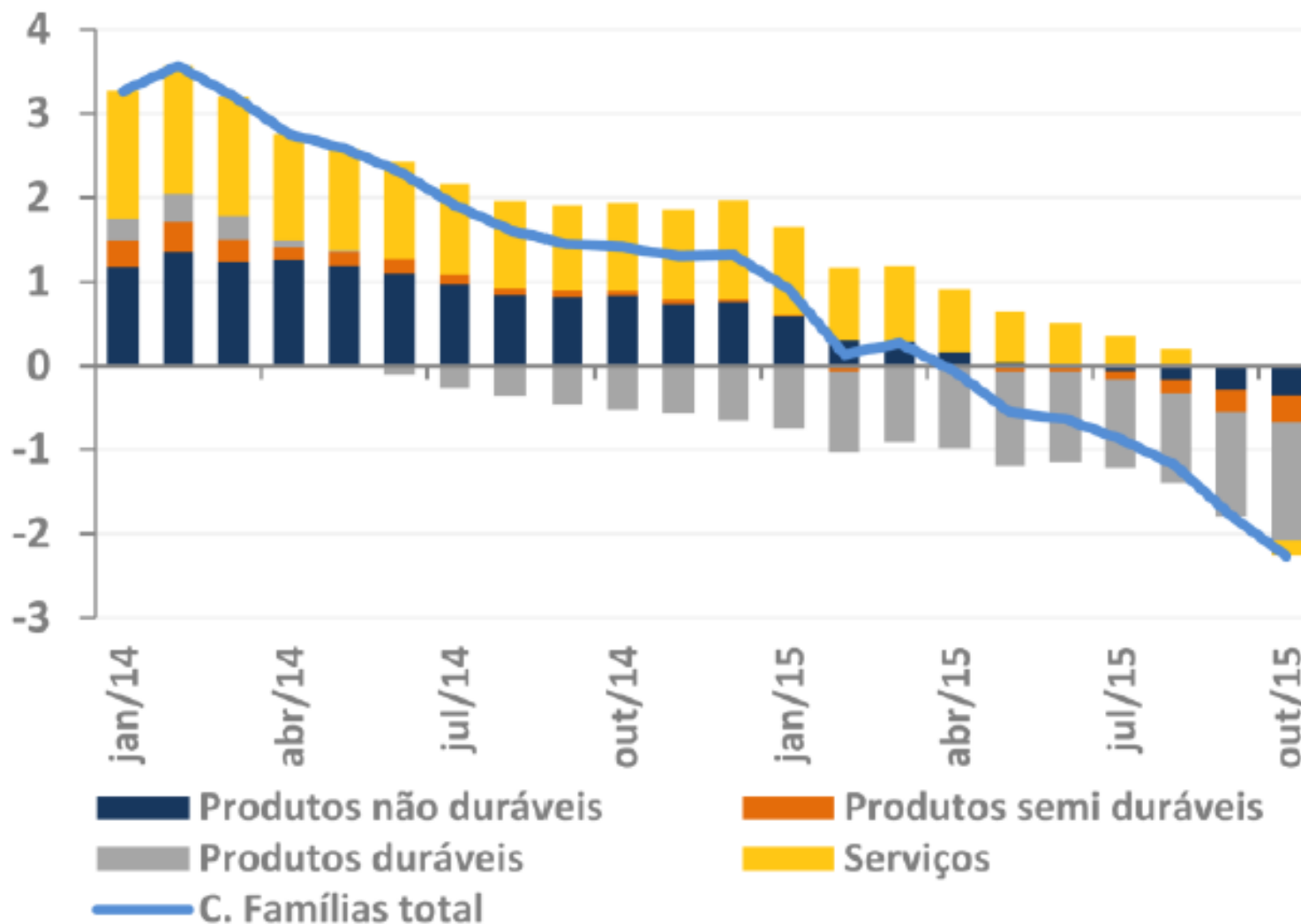
— Dívida Líquida — Dívida Externa — Dívida Bruta

Evolução do Volume de Vendas do Comércio Varejista, Segundo os Índices Mensal e Acumulado dos Últimos 12 Meses



Pesquisa Mensal do Comércio Out15-IBGE

Taxa da Variação do Consumo das Famílias e Composição por Component (valores acumulados de 12 meses em % e p.p.)



FGV IBRE

Tabela 3 - Brasil e Estado de Goiás: Variação da Receita Nominal de Vendas no Comércio Varejista - 2016 (Base: Igual mês do ano anterior = 100)

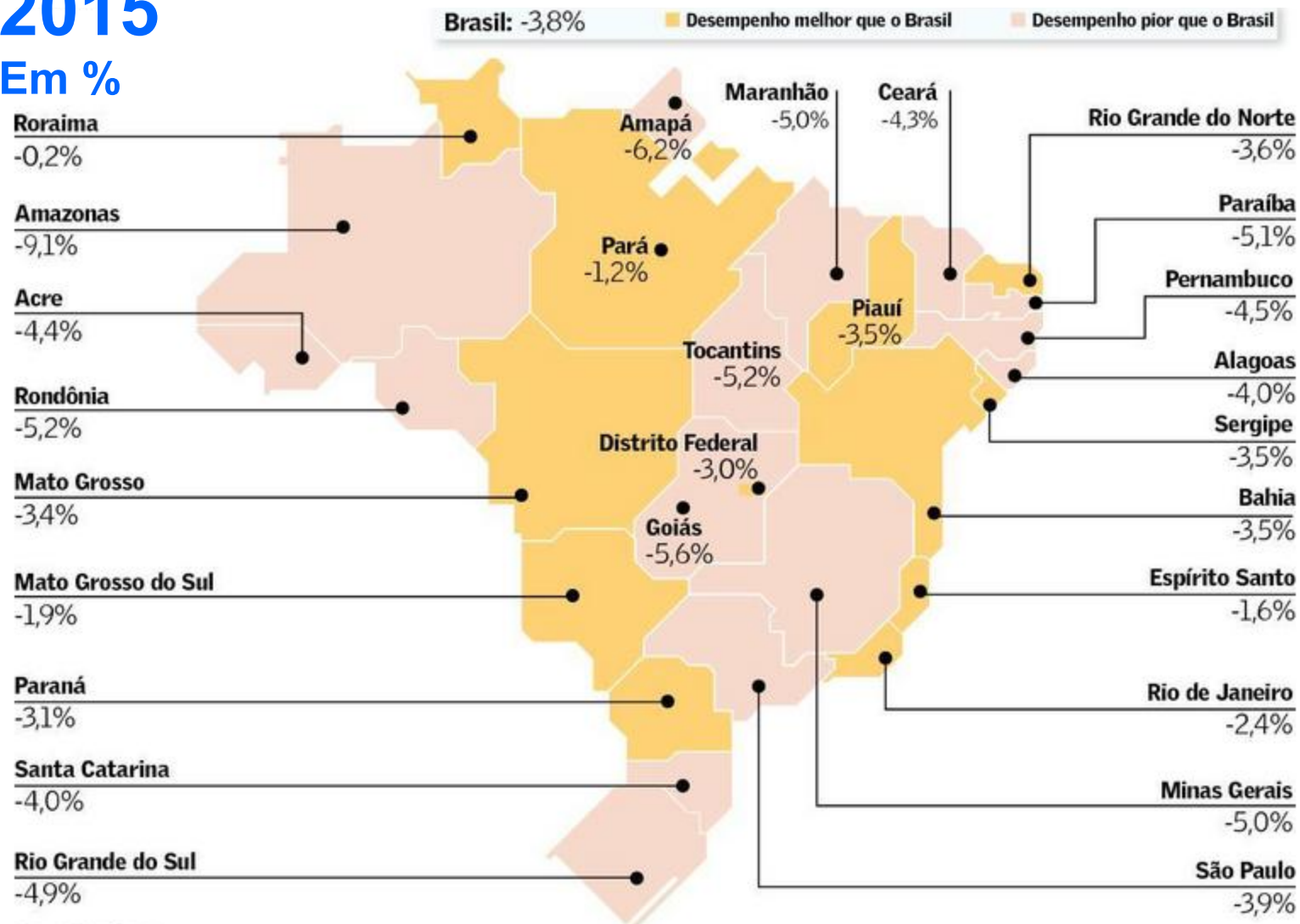
Atividades	Variação (%)							
	Brasil				Goiás			
	Variação Mensal			Acumulado	Variação Mensal			Acumulado
	Nov/15	Dez/15	Jan/16		Nov/15	Dez/15	Jan/16	
Comércio Varejista Geral	1,4	2,6	1,0	2,8	-2,9	-2,1	-3,7	-3,6
Combustíveis e lubrificantes	5,3	8,7	5,3	5,7	4,0	12,1	7,5	6,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,0	8,1	6,9	6,4	1,7	3,8	3,1	-1,8
Hipermercados e supermercados	4,5	7,8	6,7	6,3	1,4	3,4	2,6	-2,2
Tecidos, vestuário e calçados	-11,4	-5,4	-9,3	-5,9	-7,1	-4,7	-8,2	-6,4
Móveis e eletrodomésticos	-12,6	-15,9	-19,5	-13,5	-16,4	-24,3	-24,3	-18,5
Móveis	-13,9	-17,5	-6,1	-12,0	-19,4	-22,3	-22,8	-18,1
Eletrodomésticos	-11,9	-15,2	-25,8	-14,3	-15,4	-25,0	-24,8	-18,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	10,1	11,0	7,6	9,5	6,0	7,2	3,2	7,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-11,3	-7,4	-5,2	-4,4	-14,8	-4,6	9,3	-2,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	-4,0	-14,6	-20,9	-9,3	-13,4	-26,4	-25,6	-1,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	1,8	-0,5	-5,0	3,1	5,6	14,8	7,6	8,9
Comércio varejista ampliado geral	-5,5	-2,7	-4,7	-2,3	-13,3	-10,0	-14,2	-9,3
Veículos, motocicletas, partes e peças	-21,6	-17,2	-17,0	-14,3	-29,8	-25,7	-27,4	-20,3
Material de construção	-8,8	-8,0	-14,8	-5,3	-10,0	-7,4	-22,4	-1,7

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2016

PIB dos Estados Brasileiros em 2015

Em %



Fonte: IBGE/ VALOR 15 Janeiro 2016

Negociação com o Governo Federal

Solução Reduzindo a SELIC

- Retoma o Crescimento da Economia
- Retoma os Empregos
- Reduz a Dívida dos Estados
- Solução Muito mais Barata

Custo da Dívida a **14,25%**

- Jan 16: R\$ 56 bilhões
- Economia mês R\$ ZERO
- Custo de > R\$ 670 bilhões/ano

Custo da Dívida a **7,00%**

- No mês: R\$ 28 bilhões
- Economia mês R\$ 28 bilhões
- Economia de R\$ 336 bilhões/ano

Custo da Dívida a **3,00%**

- No mês: R\$ 12 bilhões
- Economia mês R\$ 44 bilhões
- Economia de R\$ 528 bilhões/ano

Solução Ignorando a Redução da SELIC

- CPMF arrecada **R\$ 34 bilhões / ano**
- Déficit PREVIDÊNCIA **R\$ 6 bilhões/ ano**
- Corte de Cargos Comissionados
- Corte de Incentivos Fiscais
- Rolar dívidas Estados: **R\$ 30 bilhões/ ano**
- Mercado continua travado e em queda
- Empregos → Continuará o desemprego em maior escala
- Perda na Escala Econ. **desastrosa.**
- Quebra do Brasil

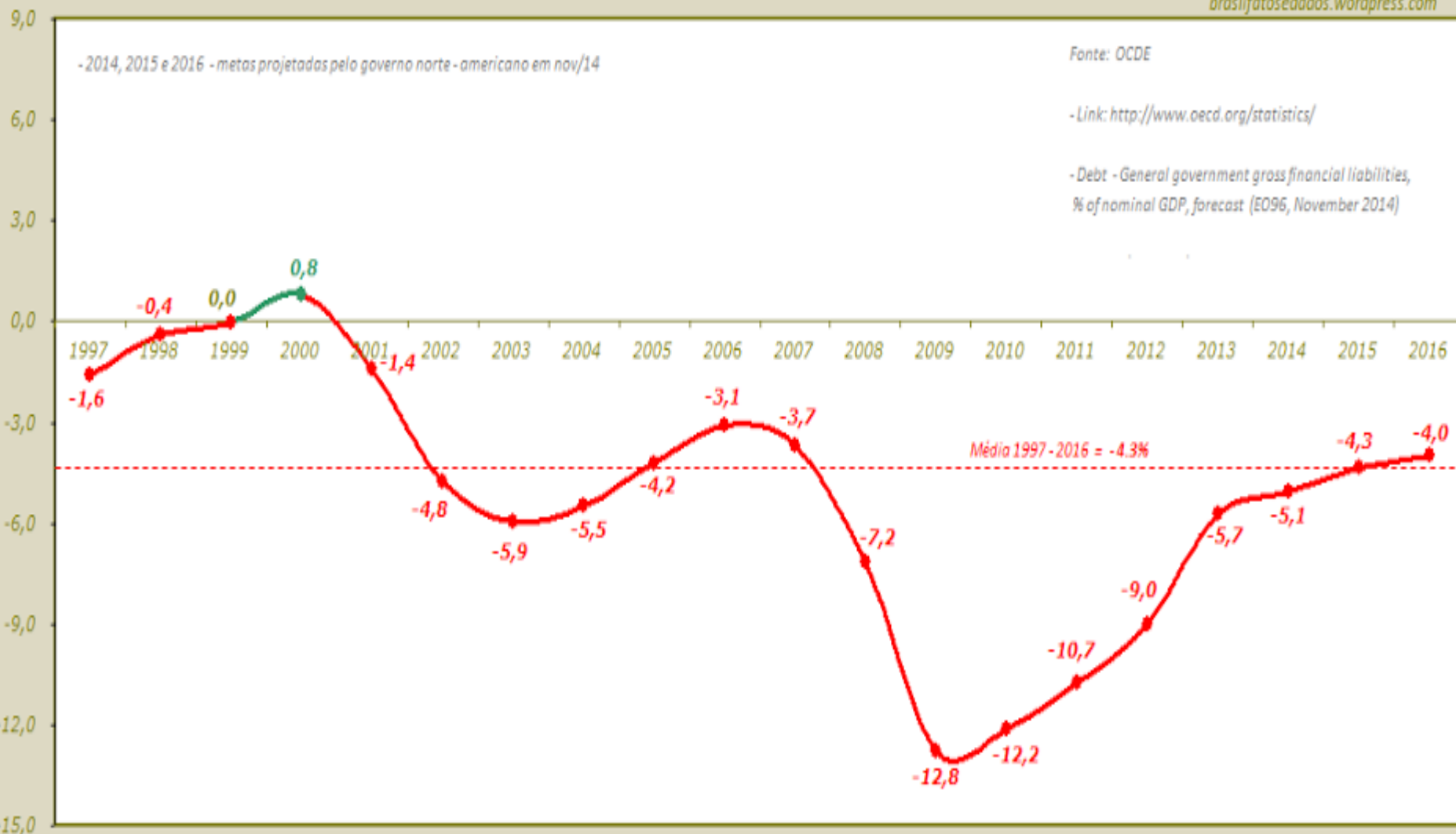


**ENTRAM em
COLAPSO**

Superávit (+) ou Déficit (-) - Setor Público

EUA - USA - % do PIB - EVOLUÇÃO - 1997 - 2016

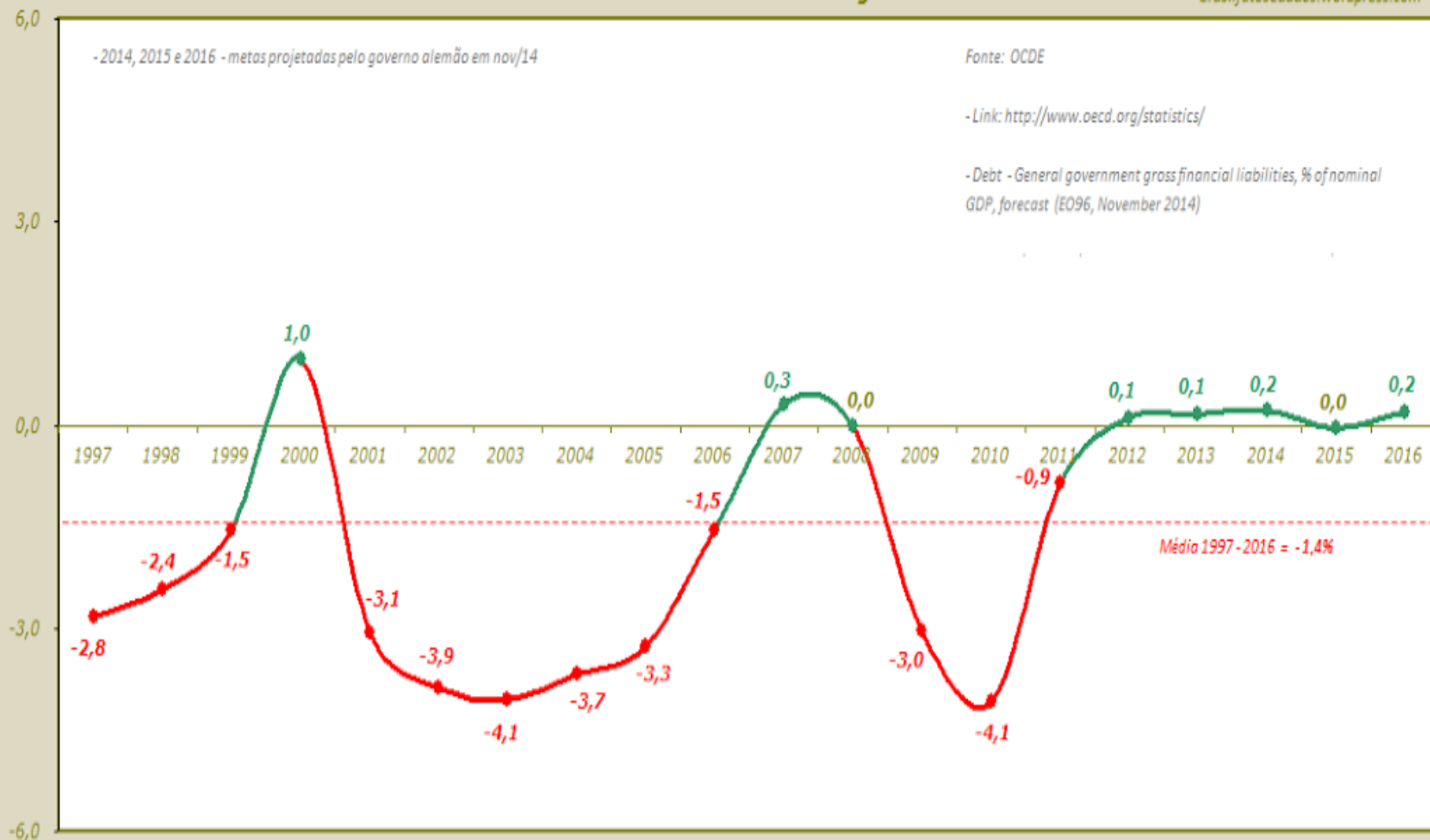
brasilfatosedados.wordpress.com



Superávit (+) ou Déficit (-) - Setor Público

ALEMANHA - % do PIB - EVOLUÇÃO - 1997 - 2016

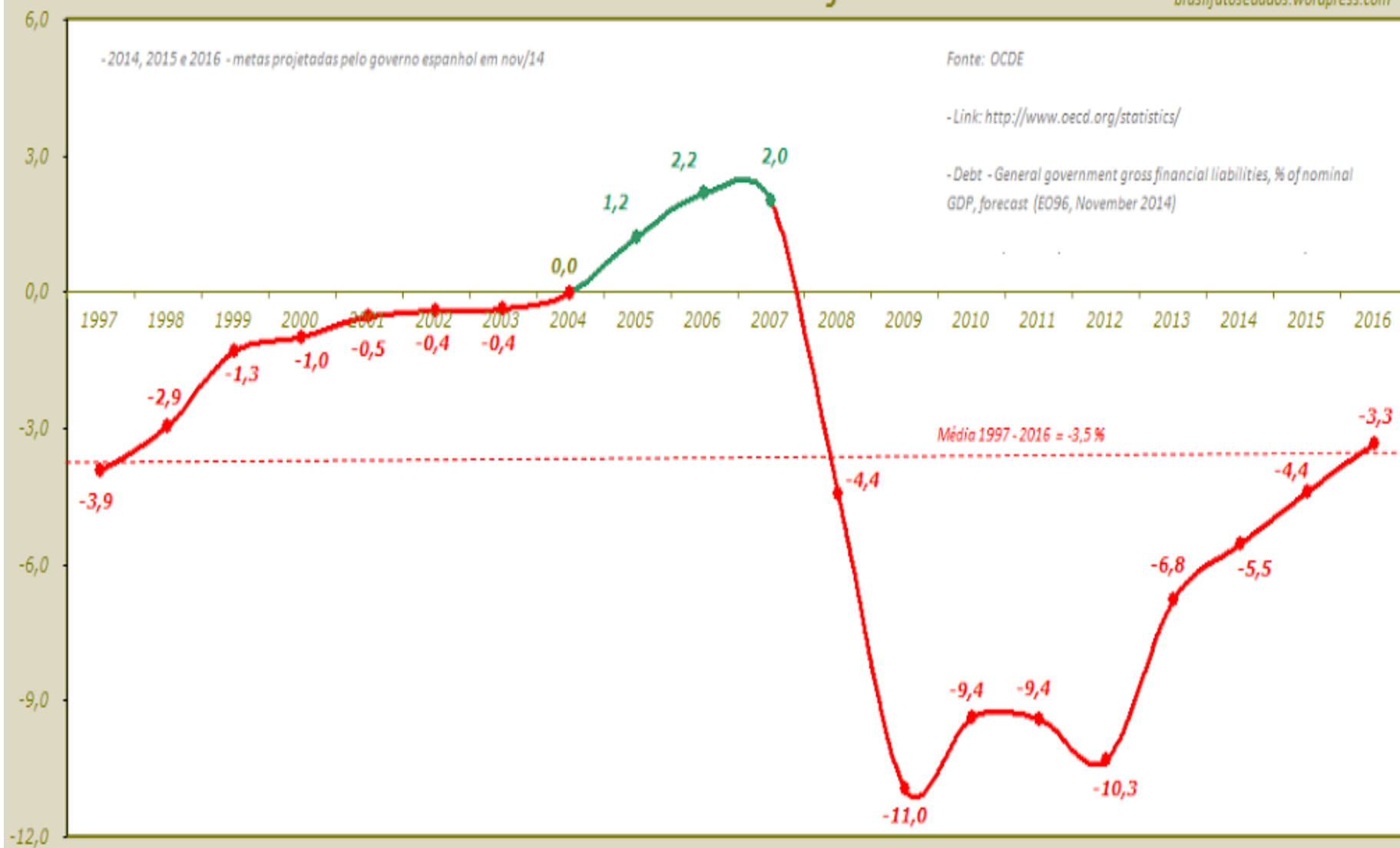
brasilfotosedados.wordpress.com



Superávit (+) ou Déficit (-) - Setor Público

ESPANHA - % do PIB - EVOLUÇÃO - 1997 - 2016

brasilfatosedados.wordpress.com



ESTADÃOPOLÍTICA + ECONOMIA + INTERNACIONAL + ESPORTES + SÃO PAULO + CULTURA + MAIS + SERVIÇOS +  OUÇA AS RÁDIOS**E&N**

ÚLTIMAS | INDICADORES+ | BROADCAST | FATOS RELEVANTES | GOVERNANÇA | NEGÓCIOS | SEU IMÓVEL | SUA CARREIRA | SUAS CONTAS | MAIS+

1

Capturas



213

A+
A-

184



9,9k



101



APÓS TRÊS DÉCADAS, RISCO DE CALOTE VOLTA A ASSOMBRAR ECONOMIA BRASILEIRA

Economistas de diversas correntes voltaram a discutir se o Brasil pode quebrar

28 Fevereiro 2016 | 06h 00 - Atualizado: 29 Fevereiro 2016
| 09h 22

Economistas de todas as correntes desenterraram uma discussão que parecia superada na história das finanças nacionais: o Brasil pode quebrar, como aconteceu na década de 1980? Nas duas últimas semanas, afora as conversas informais, pelo menos cinco relatórios de diferentes instituições abordaram esse tema.

Reportagem Especial

O BRASIL PODE QUEBRAR?

Nas últimas semanas, cinco relatórios de diferentes instituições retomaram o debate sobre a possibilidade de o Brasil quebrar, como aconteceu nos anos 1980. O temor é alimentado pela mistura de recessão, aumento de gastos e dívidas. A deterioração fecha empresas e empregos, corrói o bolso das famílias e amplia o rombo de União, Estados e municípios. **ECONOMIA / PÁGS. B4 a B7**

25/01/2016 14h25 - Atualizado em 25/01/2016 19h36

Dívida pública sobe 21,7% em 2015, para R\$ 2,79 trilhões, maior da série

Aumento da dívida em 2015 somou R\$ 498 bilhões, diz Tesouro Nacional. Gastos de R\$ 367 bi com juros tiveram o maior peso no aumento da dívida.

Alexandro Martello
Do G1, em Brasília

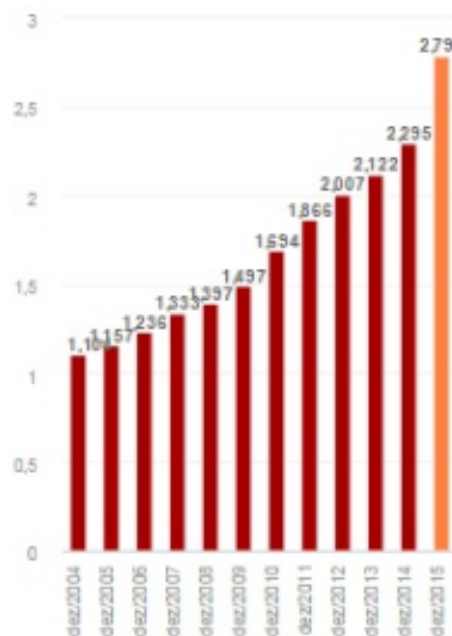


FACEBOOK



Evolução da dívida pública

Em R\$ trilhões



Impulsionada principalmente pelas despesas com juros, a dívida pública federal, o que inclui os endividamentos no país e no exterior, teve aumento recorde de 21,7% no ano passado, para R\$ 2,79 trilhões – patamar que também é o maior da série histórica, que começa em 2004, segundo números divulgados pela Secretaria do **Tesouro** Nacional nesta segunda-feira (25).

(Correção: ao ser publicada, esta reportagem errou ao informar que o aumento em 2015 foi de 24,8%, segundo números divulgados pelo Tesouro Nacional. Mais tarde, o órgão retificou o percentual, e a reportagem foi corrigida às 16h08.)

Em valores nominais, crescimento da dívida pública no ano passado foi de R\$ 498 bilhões. Em 2014, a dívida pública havia registrado crescimento menor, de 8,15%, ou R\$ 173

Dívida em Dinâmica Desfavorável

Quebra à vista?



Governadores - Prefeitos – Bancada Federal - Trabalhadores MOVIMENTOS SOCIAIS

Propomos que conduzam o “REPOSICIONAMENTO da SELIC” agindo como “INCONFORMADOS” com a SELIC praticada no BRASIL, quando comparada com a SELIC dos PAÍSES citados.

O Departamento de Economia do Mestrado em Desenvolvimento Regional da ALFA está à disposição, para consultas e esclarecimentos pelo sucesso desta “Revolução Econômica” no Brasil.

- Profº. Ms. Aurélio Troncoso aurelio.troncoso@alfa.br
- Profº. Dr. Marcelo Ladvocat marcelo.ladvocat@alfa.br
- Fones: (62)3272-5119 e 3272-5000

Como nos ajustarmos para que O POVO estabeleça limites ao Governo Federal e não o Governo Federal continue estabelecendo limites ao POVO brasileiro?

Quadro comparativo entre as Constituições:

Constituição Brasileira	Constituição Americana
“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” § único do artigo 1º	“Nós, o povo dos Estados Unidos, a fim de formar uma União mais perfeita, estabelecer a justiça, assegurar a tranquilidade interna, prover a defesa comum, promover o bem-estar geral” Preâmbulo
5 de outubro de <u>1988</u> (28 anos)	17 de Novembro de <u>1787</u> (229 anos)
91 emendas até 2016	27 emendas até 2016
Analítica – 250 artigos	Sintética – 7 artigos
Matérias constitucionais e outras que foram constitucionalizadas.	Tópicos exclusivamente constitucionais.

Os pilares do constitucionalismo americano e brasileiro são os mesmos:

Constitucionalismo brasileiro:	Constitucionalismo americano:
Supremacia da Constituição	Supremacia da Constituição
Supremacia Judicial	Supremacia Judicial
Controle de Constitucionalidade	Controle de Constitucionalidade
Proteção ativa dos Direitos Fundamentais	Proteção ativa dos Direitos Fundamentais

Posicionamentos importantes:

Política de Governo

Política de Estado

**O que deve ser ajustado para que o POVO
estabeleça limites ao Governo
e não o Governo estabeleça limites ao POVO?**

As Políticas de Estado DEVEM prevalecer sobre as Políticas de Governo:

Educação

Infraestrutura

Economia

Saúde

Exemplos de atuações do Governo Federal que contrariam a vontade do POVO:

**Gastos do Governo
Federal**

Política de Juros

Controle da Internet

E-social

**Cartilha de Ideologia
de Gênero**

Como nos ajustarmos para que O POVO estabeleça limites ao Governo Federal e não o Governo Federal continue estabelecendo limites ao POVO brasileiro?

Maior politização

**Acompanhamento
mais próximo dos
representantes**

**Maior atuação de
entidades
representativas de
classe**

**Melhor coordenação e
atuação mais pontual
dos movimentos
sociais**

Considerações finais e contato.

Diogo Bernardino

3272 5048

diogo.pereira@alfa.br